

OUTUBRO 2024

TECH. NEWS

CESCON
BARRIEU



BETS COMEÇAM A TESTAR RECONHECIMENTO FACIAL PARA AUTENTICAR APOSTADORES.

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (“IBJR”) está introduzindo o reconhecimento facial nas plataformas de apostas online, buscando agregar maior segurança na autenticação dos apostadores. Essa ferramenta, semelhante à utilizada pelos bancos, verifica a identidade do usuário e bloqueia acessos inconsistentes. Seu objetivo principal é garantir que apenas usuários legítimos realizem apostas, evitando fraudes e promovendo um ambiente de apostas mais seguro. Além disso, a medida visa impedir o acesso de menores de idade, conforme as exigências da nova legislação de apostas no Brasil (“Lei 14.790/2023”).



IA AJUDA GOVERNO DOS EUA A RECUPERAR US\$ 1 BI EM FRAUDES FINANCEIRAS EM 2024.

O governo federal dos EUA está utilizando inteligência artificial (“IA”) para combater fraudes financeiras em relação a seus contribuintes. As projeções compartilhadas demonstraram que a IA auxiliou o Departamento do Tesouro dos EUA a recuperar três vezes mais considerando os valores do ano fiscal de 2023, cerca de US\$ 1 bilhão em fraudes de cheques. A IA de aprendizado de máquina é capaz de analisar grandes quantidades de dados e identificar padrões suspeitos, permitindo respostas mais rápidas.



WIMBLEDON ANUNCIA USO DE TECNOLOGIA NA ARBITRAGEM.

O torneio de Wimbledon anunciou que, a partir de 2025, substituirá os juizes de linha pelo sistema de inteligência artificial (“sistema de IA”) denominado “Live Electronic Line Calling” (“Live ELC”). O sistema de IA permitirá maior precisão ao determinar se as bolas estão dentro ou fora das linhas, rompendo com uma tradição de décadas. A decisão veio após anos de testes e consultas, motivada pela busca por maior exatidão nas decisões de lances imprecisos. A transição segue uma tendência de inovação que vem sendo adotada por outros torneios.



USO DE IA GENERATIVA ESTÁ ABAIXO DA MÉDIA MUNDIAL NO BRASIL, DE ACORDO COM PESQUISA.

Um estudo realizado pela Coleman Parkes indica que 46% das empresas brasileiras estão utilizando ou implementando sistemas de IA generativa (“IA Generativa”) no Brasil, na frente de países como Itália e Bélgica. Apesar de ser um dado considerável, é importante ressaltar que o Brasil ainda está abaixo da média global de adoção, que é de 54%. O Brasil ocupa a 11ª posição do ranking, enquanto a China lidera a primeira posição em relação à implementação, com mais de 2/3 de suas empresas aderindo à IA Generativa. Em relação à maturidade da implementação, no entanto, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar do ranking.



X TERÁ QUE ESCLARECER SOBRE PLATAFORMA DE IA.

Os representantes da rede X serão convocados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) para esclarecer as alterações implementadas em seus termos de uso e política de privacidade, relacionadas aos dados dos usuários, uma vez que suas publicações serão utilizadas no treinamento do sistema de inteligência artificial generativa da plataforma, a “Grok”. A investigação começou em julho de 2024, com o objetivo de verificar a conformidade do treinamento com a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”). As referidas atualizações, que entrarão em vigor em 15 de novembro, preocupam pela potencial violação da privacidade e proteção de dados dos usuários. Caso seja identificado risco grave, a ANPD poderá tomar outras medidas.



LINKEDIN É MULTADO EM R\$ 1,91 BILHÃO POR VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA IRLANDA.

A rede social LinkedIn foi multada em 310 milhões de euros pela Comissão Irlandesa de Proteção de Dados (“IDPC”) por violar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (“GDPR”). A IDPC concluiu, após investigação aberta em 2018, que o consentimento para o uso dos dados dos usuários para análise comportamental e publicidade direcionada, não foi dado livremente nem informado de forma adequada. Por outro lado, o LinkedIn afirmou acreditar que atende ao GDPR e informou que está trabalhando para adaptar suas práticas publicitárias ao requerimento do DPC. Essa multa é parte de um esforço da União Europeia (“UE”) para reforçar as regulamentações de privacidade entre as empresas de tecnologia.



EMPRESAS DE IA ESTÃO CRIANDO PERSONALIDADE PARA SEUS CHATBOTS.

As principais empresas de Inteligência Artificial (“IA”), como OpenAI, Google e Anthropic, estão trabalhando para criar personalidades para os seus modelos de IA. Com abordagens distintas, as empresas buscam adaptar as respostas de seus sistemas para serem mais responsivos e úteis para os usuários. Enquanto a OpenAI foca em objetividade, a Anthropic enfatiza, por exemplo, a honestidade do modelo. Além disso, o treinamento de caráter é essencial para definir as características da IA, visando um equilíbrio entre o respeito à autonomia do usuário e garantir interações seguras.



APROVADO PLANO PARA EXPANSÃO DO IPV6.

A Anatel aprovou um plano de ação para aumentar a adoção do protocolo IPv6 no Brasil. O plano inclui campanhas de conscientização, incentivos para provedores de internet e a atualização de infraestrutura para suportar o novo protocolo. A transição para o IPv6 é essencial para a expansão da internet e a melhoria da conectividade, permitindo um maior número de dispositivos conectados e melhorando a segurança das redes.



MCOM E TELEBRAS BUSCAM PARCERIAS NA CHINA PARA SATÉLITES.

Representantes do Ministério das Comunicações e da Telebras estão em visita à China para discutir parcerias e cooperações no setor de satélites. A missão busca fortalecer a infraestrutura de telecomunicações no Brasil e explorar novas tecnologias que possam ser implementadas no país. As discussões incluem a possibilidade de joint ventures, transferência de tecnologia e investimentos em projetos de satélites de comunicação e observação da Terra.



ESTUDO DA ANATEL E UNB ANALISA IMPACTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.

O “Estudo sobre poder social dos serviços digitais”, realizado pela Anatel em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), analisou como essas plataformas influenciam a sociedade, moldam comportamentos e impactam a economia. Entre os pontos abordados estão a disseminação de informações, a influência nas eleições e a formação de opinião pública. O estudo também sugere medidas para regulamentar e mitigar os efeitos negativos dessas plataformas.



UNIÃO EUROPEIA INVESTE 865 MILHÕES DE EUROS EM INFRAESTRUTURA E 5G.

O investimento visa fortalecer a conectividade e a competitividade tecnológica no continente europeu, promovendo a inovação e a digitalização de diversos setores. Os fundos serão destinados a projetos que incluem a construção de novas redes, a atualização de infraestrutura existente e o suporte a startups e empresas de tecnologia.



ESTUDO APONTA QUE IA GENERATIVA ESTÁ REVOLUCIONANDO A SAÚDE.

O estudo TIC Saúde revelou que a IA generativa está cada vez mais presente no cotidiano dos profissionais de saúde, sendo utilizada no auxílio em diagnósticos, tratamentos e na gestão de dados de pacientes, o que proporciona maior precisão e eficiência dos serviços de saúde.



COBERTURA 4G E 5G CRESCE NO SETOR AGRÍCOLA.

Levantamento da ConectarAgro, denominado Indicador de Conectividade Rural (“ICR”), aponta que 23% das áreas agrícolas no Brasil já contam com cobertura 4G e 5G, o que melhora a eficiência e a produtividade dessas regiões, considerando o possível uso de tecnologias avançadas como sensores, drones e sistemas de monitoramento em tempo real. A entidade indica que a expansão da cobertura é vista como crucial para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, permitindo a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e lucrativas.



ANATEL LIMITARÁ CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS 2G E 3G.

A medida visa melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações, aumentar a eficiência das redes e incentivar a migração para tecnologias mais modernas como 4G e 5G. Essa transição tende a reduzir custos operacionais e oferecer melhores experiências aos usuários.



ANATEL ATUALIZA PLANO ESTRATÉGICO 2023-2027.

A Agência atualizou seu Plano Estratégico para o período de 2023 a 2027, com foco na modernização da regulação, promoção da inovação e melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações no Brasil. O plano inclui metas específicas para a expansão da conectividade, a adoção de novas tecnologias e a melhoria da experiência do usuário. A Anatel também está priorizando a sustentabilidade e a inclusão digital em suas políticas.



ESTUDOS REGULATÓRIOS DE IA E FINANCIAMENTO DE REDES.

A Anatel apresentou avanços em seus estudos regulatórios sobre IA e a implantação do projeto Origem Verificada, Técnicas de Inteligência Artificial, que visa garantir a autenticidade de informações na internet. Além disso, a Agência discutiu o financiamento de redes de telecomunicações em São Paulo, buscando melhorar a infraestrutura e a conectividade na região. As discussões incluem Parcerias Público-Privadas ("PPPs") e a utilização de fundos específicos para projetos de expansão de redes.



ANATEL NÃO VÊ NECESSIDADE DE REGULAÇÃO CONCORRENCIAL DE DATA CENTER.

Durante apresentação no 38º Seminário Internacional ABDTIC, no último dia 22, o superintendente de Competição da ANATEL, José Borges, expressou que o estágio atual é o de fomento dos data centers no país, não o de regulamentação, tendo em vista que a taxa de expansão do setor é de 5% ao ano.



STJ ATRIBUI VALIDADE JURÍDICA A ASSINATURAS ELETRÔNICAS POR PLATAFORMAS NÃO CREDENCIADAS AO SISTEMA ICP-BRASIL.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça concluiu o julgamento do Recurso Especial n.º 2.150.278/PR, em que reconheceu que a Medida Provisória n.º 2.200-2/2001 não restringe a utilização de assinaturas eletrônicas àquelas realizadas por meio de certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"). Assim, mesmo que as assinaturas qualificadas pela ICP-Brasil tenham maior força probatória, as demais assinaturas também possuem validade jurídica.



RESPONSABILIDADE POR COMPRA ONLINE CANCELADA.

Por maioria de votos, no julgamento do Recurso Especial n.º 2.151.735/SP, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o lojista não pode ser o único responsável pelo cancelamento de compras online pelo consumidor - o chamado chargeback. No caso concreto, o valor pago a uma joalheria foi estornado pela operadora de cartão de crédito após alegação de fraude na cobrança. Entendeu-se que a loja tomou todos os cuidados e que a intermediadora de pagamentos deveria ter acusado a fraude.



CONDENAÇÃO DO TELEGRAM POR DISTRIBUIÇÃO INDEVIDA DE CONTEÚDO.

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Telegram a pagar indenização por danos materiais e morais a um professor por distribuição indevida, por terceiro, de conteúdo produzido por ele. Além de fixar indenização, a decisão determinou a remoção do conteúdo da rede e os dados do usuário que teria divulgado indevidamente o material. Autos n.º 1087536-23.2023.8.26.0100.



VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DANO MORAL.

A Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba negou pedido de indenização por danos morais feito por um homem que teve seus dados pessoais, como número de CPF e telefone, divulgados sem consentimento em um grupo de WhatsApp. A decisão do colegiado seguiu o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, nesses casos, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural, o dano moral não pode ser presumido, sendo necessária a comprovação de danos decorrentes da exposição. Autos n.º 0800481-05.2022.8.15.0441.



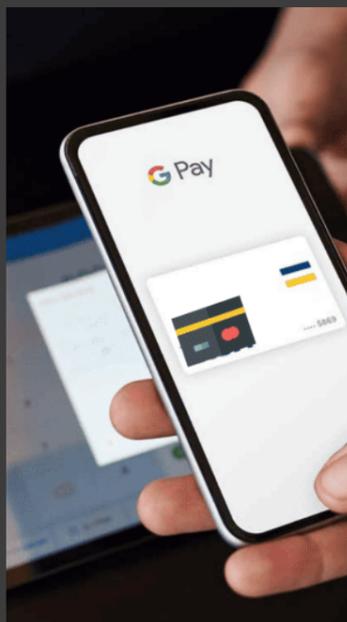
GOOGLE UTILIZA A ASCENSÃO DA IA COMO LINHA DE DEFESA EM PROCESSO ANTITRUSTE ENVOLVENDO O MERCADO DE BUSCAS NOS ESTADOS UNIDOS.

O Google está utilizando a evolução da inteligência artificial ("IA") como uma linha de defesa contra as alegações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ"), em processo antitruste que investiga a empresa pelo abuso de posição dominante no mercado de buscas (search engine market). De um lado, a empresa argumenta que a ascensão da IA estaria impulsionando o uso de novas tecnologias e a entrada de novos concorrentes no mercado. De outro lado, analistas apontam que o DOJ entende que a evolução tecnológica seria um elemento que impulsionaria o poder de mercado do Google e eventual abuso no mercado de buscas aprimoradas por ferramentas de IA, de modo que poderia justificar eventual intervenção do órgão antitruste.



MINISTÉRIO DA FAZENDA APRESENTA PROPOSTAS PARA NOVO REGULAMENTO ECONÔMICO E CONCORRENCIAL DE PLATAFORMAS DIGITAIS.

Em 10 de outubro de 2024, o Ministério da Fazenda apresentou os resultados da Tomada de Subsídios sobre a regulação econômica e concorrencial das plataformas digitais, incluindo 12 propostas de medidas legais e infralegais, no relatório “Plataformas Digitais: aspectos econômicos e concorrenciais e recomendações para aprimoramentos regulatórios no Brasil”. Com o Relatório, o Ministério da Fazenda buscou aprofundar o entendimento sobre os aspectos econômicos e concorrenciais das plataformas digitais no Brasil. As propostas passarão por análise adicional após serem apresentadas ao Congresso Nacional. Espera-se que as discussões continuem e sejam encerradas nos próximos meses com o encaminhamento ao Poder Legislativo. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) publicou nota oficial manifestando sua concordância com as propostas apresentadas no Relatório e reforçando sua contribuição à Tomada de Subsídios. Destacou a atual necessidade de uma regulação ex ante, em complemento à Lei de Defesa da Concorrência, sendo essencial enfrentar as questões estruturais dos mercados digitais. Além disso, também enfatizou a necessidade de criação de uma unidade especializada em mercados digitais no CADE, permitindo uma atuação mais direcionada e eficiente para esses mercados. Para mais detalhes sobre o assunto, confira o [Informe preparado pelo nosso time de Concorrencial e Tecnologia & Inovação](#).



JUSTIÇA DOS EUA SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A OBRIGAÇÃO DO GOOGLE DE ABRIR GOOGLE PLAY PARA CONCORRENTES.

Em outubro de 2024, um juiz federal da Califórnia suspendeu temporariamente a obrigação do Google de autorizar a instalação de plataformas concorrentes de sua loja de aplicativos, o Google Play. A suspensão temporária derivou de pedido de medida cautelar do Google que pretendia suspender a decisão judicial proferida pelo juiz distrital, James Donato. A referida decisão teria condenado o Google pelo abuso de sua posição dominante no mercado de distribuição de aplicativos no Android (sistema operacional do Google para dispositivos móveis). O processo teve origem em representação da produtora de jogos eletrônicos Epic Games, em 2020. A decisão de suspensão não é definitiva e o Tribunal de Apelações ainda está analisando o recurso apresentado pelo Google no processo principal.

FALE CONOSCO

Nossa Newsletter tem o objetivo de manter atualizados nossos clientes com as últimas notícias e alterações regulatórias compiladas por nosso time de sócios participantes do Tech Desk. Para aconselhamento jurídico detalhado, entre em contato com a nossa equipe.



TANIA LIBERMAN

E TANIA.LIBERMAN@CESCONBARRIEU.COM.BR
T +55 11 3089 6598



THAYS GENTIL

E THAYS.GENTIL@CESCONBARRIEU.COM.BR
T +55 11 3089-6190



JULIA PAZOS

E JULIA.PAZOS@CESCONBARRIEU.COM.BR
T +55 11 3089-6756

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

JOYCE HONDA

JOYCE.HONDA@CESCONBARRIEU.COM.BR

MARIANA LOMBARDI

MARIANA.LOMBARDI@CESCONBARRIEU.COM.BR

ANA LUIZA COELHO

ANALUIZA.COELHO@CESCONBARRIEU.COM.BR

ARTHUR MOREIRA

ARTHUR.MOREIRA@CESCONBARRIEU.COM.BR

EDUARDA CARMO

EDUARDA.CARMO@CESCONBARRIEU.COM.BR

GIOVANA FRANCO

GIOVANA.FRANCO@CESCONBARRIEU.COM.BR

LUCAS BORIN

LUCAS.BORIN@CESCONBARRIEU.COM.BR

RAFAELLA SCHWARTZ

RAFAELLA.SCHWARTZ@CESCONBARRIEU.COM.BR

SAMARA CARVALHO

SAMARA.CARVALHO@CESCONBARRIEU.COM.BR

THIAGO MUNHOZ

THIAGO.MUNHOZ@CESCONBARRIEU.COM.BR

TECH. NEWS